

INVESTIGAÇÃO Presidente do Senado rejeitou recurso do governo, que tentava anular decisão Alcolumbre mantém quebra de sigilos de Lulinha na CPMI do INSS

Otto Alencar ironiza condução de Carlos Viana

YURI ABREU

DA REDAÇÃO E RODRIGO TARDIO

O presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (União-AP), decidiu nesta terça-feira manter a validade da votação da CPMI do INSS que aprovou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do empresário Fábio Luis Lula da Silva, conhecido como Lulinha, mesmo diante de questionamentos da base governista sobre irregularidades na condução da sessão.

Parlamentares aliados ao governo afirmam que houve erro na contagem da votação simbólica realizada pelo presidente da comissão, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), e acusam a oposição de ter imposto o resultado apesar de maioria contrária entre os integrantes presentes.

Segundo o líder governista na CPMI, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), imagens da TV Senado indicariam que 14 parlamentares se manifestaram contra os requerimentos e apenas sete a favor. Para ele, o regimento determina que votações simbólicas considerem a maioria dos presentes, o que, segundo a base aliada, invalidaria o resultado proclamado.

"O resultado correto foi 14 a 7 contra a quebra de sigilo", afirmou o parlamentar, que classificou o episódio como "fraude" e anunciou representação no Conselho de Ética do Congresso, além da possibilidade de judicialização da decisão.



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, foi chamado a responder a pedido da base governista no Congresso

A Advocacia do Senado, em parecer, entendeu não haver elementos suficientes para anular a deliberação

A Advocacia do Senado, contudo, em parecer analisado por Alcolumbre, entendeu não haver elementos suficientes para anular a deliberação da comissão. O presidente do Congresso sustentou que, mesmo considerando os votos apontados pelo governo, o desfecho da votação não seria alterado.

A sessão da última quinta-feira foi marcada por tumulto e troca de acusações entre governistas e parla-

mentares da oposição. Integrantes da base afirmam que a condução dos trabalhos teria impedido a revisão imediata da contagem após pedido formal de suspensão da reunião, negado pela presidência da CPMI.

A quebra de sigilos foi solicitada pelo relator da comissão, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), no âmbito das investigações sobre brechas suspeitas de irregularidades no Instituto Nacio-

nal do Seguro Social (INSS). Governistas sustentam, porém, que a inclusão do filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ampliou o embate político dentro da comissão.

A atual linha de investigação apura alegações de possível relação empresarial entre Lulinha e o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS". A defesa nega irregularidades.

CASO MASTER

Nikolas Ferreira viajou em jato de Vorcaro na campanha de 2022

LUÍZ CLÁUDIO FERREIRA
Agência Brasil, Brasília

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e o pastor e influencer Guilherme Batista, da Igreja Batista da Lagoinha, usaram, em outubro de 2022, um jato (prefixo PT-PVH) que pertenceria ao empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

Nikolas e o pastor viajaram na aeronave na caravana Juventude pelo Brasil, que apoiava o ex-presidente Jair Bolsonaro, durante 10 dias no mês de outubro (20 a 28 de outubro) daquele ano, antes do segundo turno das eleições.

Eles utilizaram a aeronave

modelo Embraer 505 Phenom 300 com o objetivo de chegar a todas as capitais do Nordeste, além de Brasília e cidades mineiras.

A informação foi revelada ontem pelo jornal O Globo. Além dos voos para o Nordeste, o avião pousou também em Brasília.

Segundo o veículo, os percursos foram confirmados a partir da análise dos sinais emitidos pelo transponder da aeronave, monitorados por ferramentas específicas disponíveis online. O histórico de navegação coincidiria com o trajeto da campanha "Juventude pelo Brasil".

Outra evidência foi uma foto publicada no Instagram

da influenciadora cristã Jey Reis, em que Nikolas Ferreira e o pastor estão em frente à aeronave.

Em novembro de 2025, Vorcaro e outros acusados foram alvo da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF) para investigar a concessão de créditos falsos pelo Banco Master, incluindo a tentativa de compra da instituição financeira pelo Banco Regional de Brasília (BRB), banco público ligado ao governo do Distrito Federal. De acordo com as investigações preliminares, as fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões.

Em nota à imprensa, o deputado Nikolas Ferreira dis-



Zeca Ribeiro / Ag. Câmara

Nikolas Ferreira lidera campo bolsonarista

tratar-se de Daniel Vorcaro".

Nikolas argumentou que, em 2022, o nome citado não era de conhecimento público "nem havia qualquer informação que levantasse qualquer tipo de alerta".

O parlamentar considerou que, mesmo que houvesse a tentativa de identificar o proprietário da aeronave naquele momento, "não existia qualquer elemento que indicasse situação irregular".

Por outro lado, também em nota, a empresa Prime You, operadora da aeronave Embraer 505 Phenom 300, prefixo PT-PVH, garantiu que Daniel Vorcaro não era e não é proprietário do jatinho.

se que utilizou a aeronave para o evento político sem saber que o proprietário do avião era Daniel Vorcaro. Ele afirma que tomou ciência apenas "posteriormente".

"Minha presença no vo-

se deu exclusivamente em razão do convite para a agenda de campanha, sem qualquer vínculo pessoal, comercial ou institucional com o dono da aeronave, que se soube

EXTREMA DIREITA

Moraes manda Filipe Martins voltar para presídio no Paraná

AGÊNCIA BRASIL
Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que Filipe Martins, ex-assessor para assuntos internacionais de Jair Bolsonaro, seja levado de volta para a Cadeia Pública de Ponta Grossa, no interior do Paraná.

Condenado a 21 anos de prisão no processo da trama golpista, Martins ainda re-

corre da condenação e está preso preventivamente desde janeiro deste ano. Ele é acusado de violar uma medida cautelar que o proíbe de acessar a internet.

Após ser preso, o ex-assessor foi transferido para o Complexo Médico Penal (CMP), na região metropolitana de Curitiba, sem acompanhamento do ministro, responsável pela execução de pena.

Na decisão, Moraes ressaltou que a administração

do presídio não pode decidir sobre a transferência sem prévia ciência do Supremo.

"A transferência do réu realizada sem prévia autorização desta Suprema Corte configura indevida mitigação da competência deste juízo, além de comprometer o regular acompanhamento da execução penal", afirmou o ministro Moraes.

Filipe Martins foi acusado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e condenado pelo STF sob a acusação de atuar como um dos responsáveis pela elaboração da minuta de golpe de Estado que foi produzida no final do governo Bolsonaro.

ESCALA 6 X 1

Governo pode enviar projeto com urgência para redução da jornada

ELAINE PATRÍCIA CRUZ
Agência Brasil, São Paulo

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou ontem que o governo federal poderá enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei em regime de urgência para tratar da redução da jornada de trabalho, caso as negociações em andamento sobre o tema não avancem no ritmo esperado. Segundo ele, "se as coisas não caminharem na velocidade desejada", o Planalto poderá recorrer a esse instrumento para acelerar a tramitação.

De acordo com o ministro, a medida vem sendo discutida em suas presenças da Câmara e do Senado e pode

impulsionar propostas já em debate, como o fim da escala 6x1 e a diminuição da carga semanal. Pelo rito de urgência, o Congresso passa a ter prazo limitado para deliberar sobre o tema.

Marinho indicou que a prioridade do governo é reduzir a jornada máxima horária fixada em 44 horas semanais. Para ele, a mudança pode viabilizar o fim gradual da escala considerada mais desgastante. "É plenamente possível reduzir a jornada para 40 horas", afirmou, destacando que a medida atende demanda histórica de trabalhadores, sobretudo dos setores de comércio e serviços.

O ministro também des-

concessão de incentivos fiscais às empresas como contrapartida. Segundo afirmou, "o pressuposto para a compensação é o aumento da produtividade", defendendo que melhorias nas condições de trabalho tendem a gerar ganhos econômicos.

As declarações ocorreram durante a divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em janeiro, o país registrou saldo positivo de 112 mil empregos formais. Apesar do resultado, Marinho atribuiu a desaceleração na geração de vagas ao patamar elevado da taxa básica de juros, afirmando que o nível atual tende a reduzir o ritmo de contratações.